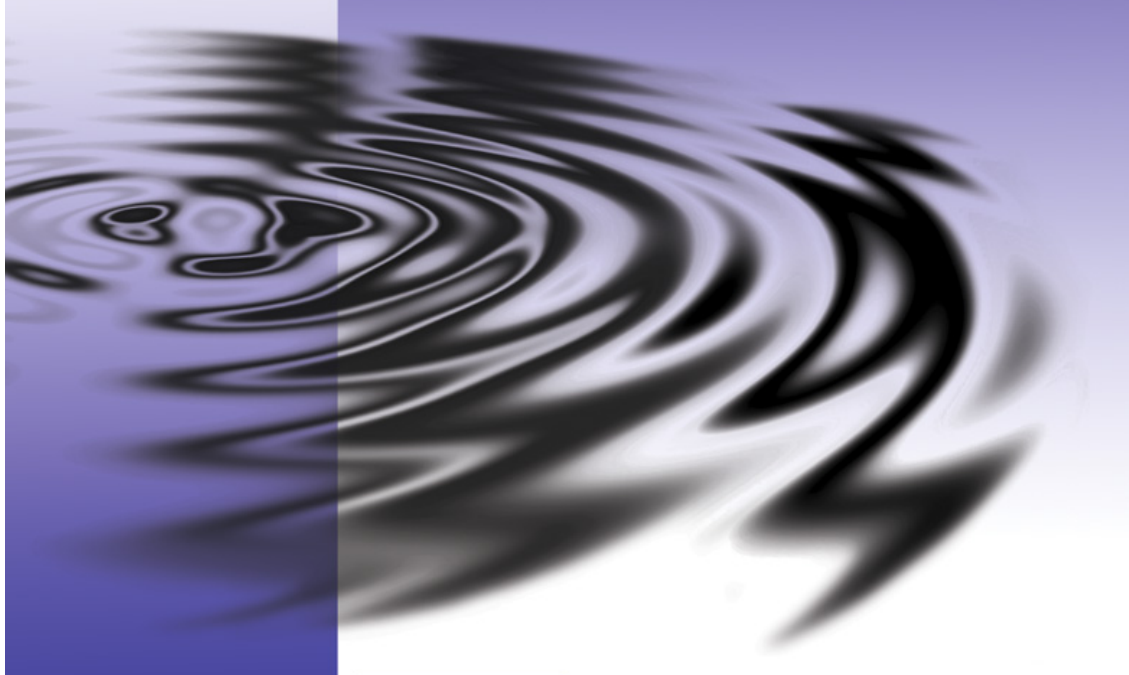


1

Revista
PSICOLOG

Ano 1 Vol. 1



INSTITUTO
DE ESTUDOS
DO COMPORTAMENTO

www.psicolog.com.br

Revista Psicolog
Volume 1 Número 1

Editores

Carlos Henrique da Costa Tucci e Andreza Cristiana Ribeiro

Ribeirão Preto - SP - Brasil 2008

Entre a utopia e o cotidiano: uma análise de estratégias viáveis nos delineamentos culturais

Kester Carrara¹

¹Livre Docente do Depto. de Psicologia da UNESP, campus de Bauru.
Bolsista de Produtividade do CNPq.

Resumo. *Em face do processo de consolidação da área de planejamento cultural como campo de atuação do analista do comportamento, a resolução de algumas pendências teórico-epistemológicas e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento dos problemas de consecução efetiva de projetos passam a constituir aspectos a serem verticalmente abordados na literatura recente e diretamente superados a partir da experimentação cultural. Dois desses obstáculos – que mais constituem características próprias dos delineamentos culturais – são abordados neste artigo: 1) os critérios ético-morais a serem considerados legitimamente elegíveis quando da proposição de intervenções sociais sob a ótica da Análise do Comportamento e 2) os limites tecnológicos para tal empreendimento. Para tal análise, examinam-se as características e conseqüências prováveis dos convites de Skinner e Glenn aos analistas do comportamento para que se empenhem na análise cultural.*

Palavras-chave: *Delineamentos culturais, Práticas Culturais, Metacontingências, Análise do Comportamento, Behaviorismo Radical.*

Ao final do seu *Metacontingencies in Walden Two*, Sigrid Glenn (1986) faz algumas perguntas aos analistas do comportamento:

Somos capazes de separar os reforçadores tecnológicos dos reforçadores cerimoniais e virar as costas a estes últimos? O que podemos fazer para criar um ambiente de trabalho para os outros que os coloque em contato com reforçadores tecnológicos e sejam minimizados os efeitos de contingências cerimoniais? ... Existe algum modo de organizarmos um sistema, mesmo que pequeno, no qual o comportamento de todos seja igualmente valorizado, no qual todos contribuam para o bem-estar do grupo, partilhando igualmente os produtos do esforço do grupo? Em qualquer grau que consigamos atingir tais objetivos, estaremos progredindo por um caminho agreste (p. 8).

O “caminho agreste” mencionado por Glenn tem explicação. Está contextualizado pela idéia de que, por mais que a ciência – e, em particular, a Psicologia – busque soluções completas ou muito abrangentes para as mazelas sociais, tal empreendimento parece destinado ao fracasso, restando plausíveis apenas as soluções por aproximações sucessivas de metas menores e que atendam a aspirações apontadas por determinada instância social. Ou seja, é agreste o caminho em direção à utopia da sociedade ideal e a visibilidade dos resultados desse empreendimento está comprometida por princípio, dada a magnitude de tal utopia e as limitações estratégico-metodológicas da Análise do Comportamento e da própria Psicologia para realizá-la cabalmente neste momento da História. Em contrapartida, Glenn (1986) deixa entrever alternativas através de pequenas inicia-

tivas de delineamento cultural:

“Podemos, portanto, começar aqui mesmo... e lidar com a menor área possível, aquela com a qual temos contato contínuo e direto – nosso ambiente doméstico, nosso ambiente de trabalho, nossos projetos de lazer” (p. 8)

O convite de Glenn (1986) bem pode constituir uma resposta, se não um esclarecimento conceitual, à crítica de que a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical constituem, respectivamente, ciência e filosofia de ciência intrinsecamente limitadas: 1) pela própria estratégia de análise da realidade (análise que busca descrever o comportamento nas suas relações com o contexto ambiental) e 2) pela incipiente tecnologia até aqui produzida (uma vez que não seria viável a descrição funcional de relações entre variáveis do ambiente e do comportamento em contexto de largo espectro, como é o caso dos eventos sociais complexos). Essa espécie de argumento crítico, via de regra, está atrelada a uma lógica de busca e defesa de políticas públicas, formas de governo e ideologias que sejam capazes de conduzir à justiça social nações inteiras, de uma só vez. Tal lógica, quando transposta ao mundo das relações interpessoais concretas, ainda que – a despeito da duvidosa abrangência a ser alcançada por seus resultados e, eventualmente, apesar de seus supostos méritos ético-morais – possa ser plausível e consensual, parece carecer de substrato científico-tecnológico para consubstanciar-se. Para além dessa falta de consolidação tecnológica, tal implicação parece padecer da constatação, via literatura científica, de uma possível ineqüibilidade em princípio, uma vez que – nestes termos – qualquer “utopia” inspirada em qualificativos assemelhados aos de justiça social para todos, eqüidade completa de oportunidades, solidariedade e, so-

bretudo, felicidade irrestrita para qualquer sociedade parecem constituir, ao fim e ao cabo, verdadeiras utopias, dada a amplitude inalcançável de mudanças sociais definitivas e tão abrangentes.

A decisão de aceitar ou não o convite que nos foi feito por Glenn há mais de vinte anos, portanto, implica um exame acurado de várias questões e possibilidades. Parte de tal exame exige retomar os conceitos de contingências cerimoniais e tecnológicas. Para isso, no entanto, em primeiro lugar, tal como definido no contexto da Análise do Comportamento, tome-se em conta que as contingências referem-se, especificamente, às condições (ao modo com que, à maneira pela qual) estão (ou serão) arranjadas as relações entre um determinado comportamento e o seu contexto. Elas não constituem, de modo algum, os próprios eventos antecedentes e/ou os eventos subseqüentes de um comportamento específico, embora tal confusão (a de se designar, indiscriminadamente, como referentes ao mesmo processo e mesmos eventos, “conseqüências” e “contingências”) constitua equívoco comum e presente na rotina verbal (e, por vezes, na literatura) da Análise do Comportamento. Contingências, portanto, descrevem *relações* entre comportamento e ambiente. Ou seja, contingências referem-se a uma descrição, específica e clara, das maneiras pelas quais estão relacionadas uma ou mais respostas de uma classe e o ambiente com o qual interage determinado organismo vivo. Assim, procura-se e se estabelece, através dessa descrição de relações, baseada em alguma medida concreta das variáveis implicadas, sob qual conjunto de circunstâncias (em que contexto) uma específica relação funcional entre comportamento e ambiente se instalou, ou foi consolidada, ou se tornaria possível. A lógica central skinneriana de tríplice relação de contingências se refere ao *modus operandi* teórico behaviorista

radical, suportado pela variação da “força” do comportamento face às conseqüências produzidas por sua emissão, sob condições particulares. Se – e apenas se – a classe de respostas a que pertence o operante que produziu as conseqüências tiver sua “força” ampliada, será possível dizer que tal conseqüência constitui um reforçador positivo. Se, ao contrário, sua “força” for diminuída, tal conseqüência será considerada um reforçador negativo (ou estímulo aversivo). Note-se, por oportuno, que aqui se mencionam *reforçadores*, com referência necessária aos eventos produzidos. Mas eles não equivalem a *reforçamento*, que implica, para além do evento, um procedimento específico (no reforçamento positivo, um evento particular produzido pelo comportamento leva a um aumento da “força” do operante; no reforçamento negativo, um evento particular que é removido pelo operante leva, igualmente, a um aumento da “força” do operante; respectivamente, tais eventos são os reforçadores positivos e os reforçadores negativos).

Todavia, para melhor esclarecimento do conceito de *contingência*, ainda há algo a ser dito. Trata-se da metafórica expressão “força do operante”. As aspas utilizadas com a expressão *força*, neste caso, denotam apenas – e nada além – que alguma medida comparativa do operante (antes e depois de este produzir determinada conseqüência), tornará possível aferir sua mudança e, nesse sentido, tornará possível dizer que tal evento conseqüente tem ou não algum efeito reforçador. De modo mais específico, via de regra é possível utilizar como unidade de medida do operante sua freqüência de ocorrência, mas, algumas vezes, outras medidas mais incomuns podem ser empregadas ou agregadas à freqüência: força-peso (como quando um rato pressiona uma barra), topografia (como nas situações em se afere a aproximação grad-

ual de uma resposta caligráfica a um modelo: por exemplo, quando se ensina a uma criança os padrões de contornos gráficos aceitos para escrever uma letra qualquer do alfabeto), a latência entre a apresentação de um estímulo discriminativo e a ocorrência de uma resposta (como quando se busca instalar repertórios típicos de “atenção” como pré-requisito para a emissão de operantes complexos). Nesse contexto, ainda mais precisamente, pode-se estar interessado em aspectos como a quantidade de vezes que um operante ocorre, sua precisão em relação a um modelo ou quanto tempo leva um organismo para apresentar uma resposta típica diante de uma configuração específica de eventos antecedentes, tais como os estímulos discriminativos. O objetivo, em todas as situações acaba, em última análise, sendo a freqüência, já que: 1) se são aceitáveis várias respostas topograficamente semelhantes com vistas a uma função comum, reforça-se *qualquer* que preencha esses requisitos e, assim, dependendo do esquema de reforçamento em vigor, obtém-se um determinado padrão de freqüência; 2) mesmo que se exija uma força-peso mínima (como no caso da pressão à barra), também acaba adjunta à medida de se tal força é suficiente para que a barra produza um som que demarque seu adequado funcionamento, uma outra contagem, que implica freqüência: em outras palavras, a resposta estará estabelecida quando, diferencialmente, se conseguir uma modelagem segundo a qual restem instaladas apenas as respostas com a força pré-estabelecida; 3) o mesmo vale para os casos em que há interesse na topografia específica da resposta, ou seja, reforçam-se, por aproximações sucessivas, as respostas que – passo a passo – contemplem os critérios de parença com uma determinada unidade do alfabeto; a freqüência com que tais respostas de aproximação acontecem participa do critério de avanço para a etapa seguinte da seqüência.

Assim, a Análise do Comportamento sempre busca algum tipo de medida razoavelmente precisa das relações entre o operante e as demais instâncias da tríplice relação em que se insere: eventos antecedentes e eventos conseqüentes. Buscar tais medidas contribui para que se possa conhecer com razoável precisão se e quanto um determinado comportamento mantém uma relação de interdependência com o contexto ambiental em que ocorre. Se, por um lado, é fácil a compreensão das razões pelas quais identificar com clareza uma relação de contingências assegura maior probabilidade de uma intervenção consistente para aumentar, manter ou diminuir a “força”/frequência de um operante, por outro nem sempre é tarefa simples eleger o melhor procedimento para alcançar tal finalidade.

Para compreender tais dificuldades e para adentrar à complexidade da mensuração das relações do organismo com seu ambiente físico-químico-biológico-social, via comportamento (o que implicará, por último neste texto, ampliar a probabilidade de compreensão das interações sociais complexas e bem e criteriosamente examinar o convite de Sigrid Glenn), é preciso detalhar outras noções associadas e implicações do conceito de contingências. Nessa perspectiva, acompanhando Souza (1999) a relevância da análise de contingências está no fato de que ela assegura a possibilidade de se identificar os elementos envolvidos numa dada situação, constatar se existe relação de dependência entre tais elementos e avaliar qual o padrão dessas relações de dependência. Em decorrência disso, torna-se viável uma programação de contingências precisa, concreta e plausível.

Reiterado o conceito de contingências no contexto da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical, o próx-

imo passo consiste em avaliar se esse conceito pode ser genericamente utilizado para toda e qualquer relação dos organismos vivos com o contexto ambiental com o qual interagem. Ferster e Skinner (1957) desenvolveram muitas pesquisas a partir do conceito skinneriano básico de esquemas de reforçamento. Tais esquemas constituem a representação formal – e, num certo sentido, a explicitação paradigmática através de uma fórmula cujos símbolos definem relações de dependência entre comportamento e suas conseqüências - das contingências, no contexto de uma determinada classe de respostas e suas interações com o ambiente. Não é vã a recuperação de aspectos particulares desses esquemas, face à complexidade que se desprende da distinção entre contingências e metacontingências. Dessa forma, falar em reforçamento contínuo implica dizer que, num dado episódio (planejado ou não) de interação, a cada resposta de uma classe segue-se uma conseqüência singular e discreta, de modo que, sob certos parâmetros espaço-temporais, fique claro um padrão, um tipo, uma condição particular dentro da qual respostas e conseqüências estão relacionadas. No esquema de reforçamento contínuo, por óbvio, a relação entre resposta e reforço é da ordem de uma para um, ou seja, toda resposta (de dimensões que necessitam ser descritas com precisão) é reforçada. Em contrapartida ao reforçamento contínuo, é possível falar em reforçamento intermitente, onde nem todas as respostas são reforçadas. O padrão de respostas sob esquemas intermitentes – e a literatura ilustra sobejamente tal achado - é muito distinto daquele dos esquemas contínuos. Sua resistência à extinção é muito maior, as frequências de resposta podem se ampliar significativamente e as características do responder podem mostrar fluxos distintos de respostas, por exemplo, antes ou depois do exato momento do reforçamento. Todavia, não há um único esquema intermi-

tente: existem esquemas onde o critério de reforçamento é temporal (intervalo fixo e intervalo variável), outros em que o critério é o número (razão fixa e razão variável) e outros, ainda, em que há uma combinação complexa de critérios baseados no tempo, frequência, duração e mesmo topografia de respostas.

Essa recuperação de conceitos associados aos esquemas de reforçamento busca, prioritariamente, explicitar uma parte de conceitos caros à Análise do Comportamento, na medida em que esta procura descrever relações entre organismos e ambiente, sob mediação do comportamento. Trata-se, reiteradamente, do esclarecimento do conceito de contingência, ou seja, da idéia central do Behaviorismo Radical, segundo a qual a lógica aí prevalente de explicação do comportamento está baseada em relações. Mas não em quaisquer relações, senão as relações funcionais entre comportamento e eventos que o contextualizam, na dimensão temporal antes-depois. Os esquemas de reforçamento, portanto, constituíram na literatura skinneriana uma sistematização prática da maneira pela qual as relações funcionais entre comportamento e ambiente são (ou estão) estabelecidas. Especificamente, descrevem contingências. No entanto, a questão que se apresenta é: diante desse instrumento conceitual oferecido por Skinner, estaria definitivamente pronto um arcabouço teórico-prático que daria conta de todas as complexas situações nas quais contingências comportamentais estão implicadas? Seria possível especificar todos os condicionantes dos padrões comportamentais envolvidos nas relações sociais complexas, por exemplo? Como designar, nesse caso, um esquema em que as contingências entre comportamento e eventos antecedentes dizem respeito a múltiplas variáveis pertencentes ao contexto ambiental corrente?

Tais perguntas adquirem tão maior significado quanto mais precisa, abrangente e relevante é a intervenção pretendida pelo analista do comportamento, seja na clínica, seja nas organizações, seja no cenário das práticas culturais. Dito de outro modo, o analista do comportamento não pode prescindir de todos os dados que puder obter dentre os que permeiam as relações entre comportamento e ambiente, sob risco de uma avaliação incompleta e, conseqüentemente, de uma proposição de programação de contingências superficial. Por mais que necessária é insuficiente, por exemplo, a simples reorganização programada de contingências vinculadas unicamente às estratégias de ensino de um educador na sua interação com os alunos: mudar apenas seus “métodos” implica deixar fora da explicação outros eventos da história comportamental do aprendiz que estão além do contexto de sala de aula: as variáveis econômicas, as variáveis relacionadas à saúde, as variáveis vinculadas às relações familiares. Mesmo que o argumento para excluí-las de uma análise seja a sua “distância causal” em relação ao comportamento do estudante em sala de aula, em contrapartida à “proximidade causal” (variáveis proximais) da conduta do professor em interação com o aluno, tais variáveis podem desempenhar importante papel na compreensão do comportamento individual e do comportamento da classe. Assim, nem razões teóricas, nem razões baseadas em dificuldades práticas eximem o analista do comportamento de seu necessário interesse em relação à influência das variáveis relacionadas às práticas culturais com vistas à compreensão de grande parte do comportamento cotidiano.

Se, por um lado, a literatura está repleta de resultados de pesquisa que con-

favor do uso do conceito de contingências e do modelo de esquemas de reforçamento para explicar nossas atividades mais simples, permanecem algumas lacunas razoáveis na extensão do uso desse mesmo instrumental para a descrição dos comportamentos sociais complexos. Mas, o que especifica que possamos considerar alguns comportamentos sociais como “complexos” e, eventualmente, outros como “não complexos”? Nada que seja tão preciso, se se pensar nas características intrínsecas ao próprio comportamento. Nada quanto à sua estrutura. No entanto, quando os comportamentos de um indivíduo implicam interdependência com o comportamento de outros indivíduos, tal como o que ocorre naquilo que Skinner (1953/1967, p. 239) designou como “práticas culturais”, essa complexidade fica mais clara. Ela diz respeito, especialmente, ao modo pelo qual estão estabelecidas, nesse caso, as relações funcionais entre comportamento, eventos antecedentes e suas conseqüências. E esse modo “causal” implica uma relação de dependência entre o comportamento de algumas e o de outras pessoas: sua natureza “social” está no fato de que esses comportamentos vão além da interação do indivíduo com o seu ambiente particular (embora se possa argumentar, no limite, que sempre e finalmente o que será conseqüenciado é o comportamento de um indivíduo e não o de um grupo social, que não é um organismo ele próprio). Portanto, é nesse contexto ainda um pouco incerto de ampliação de complexidade que surgem, na Análise do Comportamento, algumas perguntas sobre qual será a fórmula “objetiva” para a extensão do trabalho do analista às práticas culturais. Serão suficientes o modelo de tríplice relação de contingências skinneriano, o próprio conceito de contingências e a matriz instrumental dos esquemas de reforçamento?

Pelo menos quatro textos de Skinner (1948/1977, 1953/1967, 1974/1982, 1989/1991) são altamente representativos de seu objetivo perene de explicação dos “fenômenos sociais”. O caso de *Ciência e Comportamento Humano*, em particular, constitui exemplo seminal do investimento skinneriano no campo das práticas culturais, ao proceder a um exame exploratório do tema das agências de controle e dos delinqueamentos culturais sob a ótica behaviorista radical. A coerência lógico-teórica do texto skinneriano é o dado proeminente da obra, em que pesem as interpretações críticas já veiculadas a respeito do tipo de prescrições éticas do autor. De qualquer maneira, uma vez que o que está em jogo, no momento, é um conjunto de reflexões que nos conduza a tomar a decisão de aceitar ou não o convite de Sigrid Glenn, parece relevante selecionar, da leitura de Skinner, quais instrumentos e sob que condições o autor sugere serem úteis à análise do comportamento das pessoas em grupo.

Nessa perspectiva, sobressai em alguns textos de Skinner (1984, 1990) sua enfática sugestão de três tipos de variação e seleção que inspiram a lógica da análise de contingências: 1) A seleção natural, responsável pelo processo evolutivo e, conseqüentemente, pelo comportamento típico das espécies. A história evolutiva da espécie retrata a seleção de comportamentos importantes para sua sobrevivência, de modo que os indivíduos que a compõem estarão preparados para um presente que seja similar ao ambiente passado que os selecionou. A “similaridade” é, por certo, um conceito relativo, assim como a “regularidade” do ambiente é um tanto incerta. Diante dessa dinâmica e dentro de um largo espectro temporal, os comportamentos (e todas as características a eles relacionadas) da espécie que sejam funcionais para a sua adaptação ao ambiente acabam por reproduzir-

se geração a geração; mutações favoráveis a uma adaptação ambiental mais consistente poderão ser responsáveis pela dinâmica do processo; 2) Quando o ambiente não é estável por tempo suficiente para assegurar mudanças filogenéticas (e é este o caso de grande parte dos repertórios comportamentais da espécie humana), outra dimensão dos processos de variação e seleção está em jogo: trata-se da suscetibilidade do comportamento (operante) à seleção ontogenética. Está aí presente, prioritariamente, o âmbito das interações individuais com o ambiente, sem a concorrência complexa das situações comunitárias em que o comportamento das pessoas em grupo e as conseqüências compartilhadas articuladamente é que são responsáveis pela instalação, manutenção e extinção de condutas discretas. Nessa dimensão, ainda permanecem claras as similitudes entre o modelo de seleção natural darwiniano e o processo de condicionamento operante skinneriano. A semelhança entre a evolução filogenética e a ontogênese explicita o pensamento behaviorista radical sobre aparecimento e curso dos repertórios comportamentais; a dimensão temporal extensa (no primeiro caso) e reduzida (no segundo) respondem, parcialmente, pelas diferenças essenciais dos dois processos; 3) O terceiro tipo de variação e seleção implica contingências especiais mantidas por um ambiente social que, para Skinner, representa a cultura (1974/1982, 1987). Note-se que o contexto da cultura, para Skinner, compõe-se de uma articulação indissociável entre comportamento e ambiente, no sentido de que as práticas culturais (que, no limite, são comportamentos) e as dimensões (sociais, biológicas, químicas, porém todas, em última análise, referenciadas por alguma materialidade física) do contexto ambiental compõem o cenário vital para a existência de alguma sociedade. Observe-se que, embora o controle por conseqüências diretas se mantenha nos níveis mencionados em 2) e 3), nesta última dimensão

é o controle por regras que exerce um papel extremamente importante. Tal controle é, a um só tempo, econômico e funcional para manter a efetividade das práticas culturais a um “custo de aprendizagem” bastante baixo.

O primeiro e o segundo tipo de seleção constituem bases importantes para a compreensão das atividades dos organismos, mas nosso interesse neste texto está dirigido para além das dimensões filogenéticas e para além dos já tão bem estabelecidos princípios do comportamento operante que se sustentam na lógica da evolução ontogenética. Aceitar ou não o convite de Glenn implica explorar a terceira dimensão do processo de seleção em termos de seus conceitos e de seu alcance pragmático, mas não apenas isso: implica explorar alguns argumentos essenciais da autora para a compreensão do conceito de *metacontingências*, por ela proposto para descrição das relações das pessoas entre si e com todos os demais componentes dos ambientes interativos que caracterizam práticas culturais e comportamento social na perspectiva behaviorista radical.

Ao lidar com práticas culturais, naturalmente, lidamos com o comportamento social. Desde 1953, Skinner conceitua o comportamento social como sendo “... o comportamento de duas ou mais pessoas, uma em relação à outra ou, em conjunto, em relação a um ambiente comum” (p. 171). No comportamento social, portanto, outra pessoa deve estar envolvida, seja constituindo evento ou parte de evento diante do qual o organismo responde, seja constituindo a fonte de conseqüências que controlam o comportamento desse organismo. O comportamento social adquire dimensões mais complexas quando se passa ao âmbito das práticas culturais. Nelas, está implícita a repetição/replicação de comportamentos

similares (coerentes, compatíveis e/ou análogos), com especial ênfase no aspecto da funcionalidade para a produção de conseqüências para vários indivíduos que constituem um grupo. Uma outra dimensão das práticas culturais que ultrapassa o conceito de comportamento social (embora o incorpore) está na transmissão cultural de tais repertórios, na medida em que eles sejam funcionais para a preservação dessa mesma cultura. Nesse sentido, um dado básico das práticas culturais é sua replicação através das gerações. Naturalmente, o fato de que algumas práticas culturais sejam – no longo prazo – deletérias para a sobrevivência dos indivíduos que compõem uma cultura, não significa que deixem de ser práticas culturais ou que práticas culturais necessariamente mantenham como princípio a sobrevivência de todos os indivíduos que participam de determinada cultura, durante todo o tempo. A poluição industrial, sem dúvida, produz efeitos nocivos à saúde do coletivo de indivíduos, mas, apesar disso, pode reproduzir-se por muito tempo como produto de uma prática cultural à custa de arranjos de contingências que provêm conseqüências reforçadoras outras importantes para quem assim procede (poluindo). Embora Skinner (1953/1967, 1981) reiteradamente mencione os “efeitos para o grupo”, sempre é bom lembrar que tudo indica tratar-se de uma metáfora: o grupo não constitui organismo, de modo que não interage, ele próprio, com o ambiente. São as pessoas que o compõem que são suscetíveis ao arranjo de contingências. Mas, naturalmente, nas práticas culturais, existe uma relação inevitável de articulação necessária, por vezes uma dependência, entre comportamentos (coerentes entre si) dos componentes do grupo e o contexto ambiental. Ou seja, as conseqüências que agem sobre o indivíduo selecionam suas respostas particulares; já as conseqüências que atuam sobre os membros de um grupo enquanto tal selecionam práticas culturais que, em

última análise, também remetem aos comportamentos dos indivíduos, mas com uma especificidade distintiva: são tipicamente comportamentos articulados responsáveis pela produção de conseqüências compartilhadas pelos membros do grupo. Esse é um dos sentidos pelos quais é possível falar de contingências entrelaçadas: os comportamentos operantes individuais dos membros do grupo são controlados por parâmetros de frequência (e/ou duração, intensidade, topografia ou outra medida) compatíveis e funcionais para a produção (a curto ou em longo prazo), de contingências funcionalmente equivalentes para os participantes dessa comunidade. Via de regra, quando se examina o envolvimento de uma coletividade na produção de práticas culturais entre si coerentes e dirigidas à produção de conseqüências compartilháveis, está-se diante de um conceito, proposto por Glenn (1988) no contexto da área de delineamentos culturais: o de produto agregado. Esse conceito tem implicações para a descrição de certo caráter de conformidade ou, mesmo, acordo cooperativo entre os participantes, algumas vezes atrelado à caracterização de práticas culturais. De fato, em muitas culturas é comum observar práticas que, embora produzam conseqüências de curto prazo reforçadoras para todos ou a maioria dos membros do grupo, no longo prazo podem levar a conseqüências nefastas, como é o caso do uso indiscriminado de recursos naturais, de que todos podem usufruir num certo momento mediante benefícios individuais imediatos que alcançam a todos do grupo, mas que, ao final, podem representar o advento de conseqüências aversivas atrasadas em larga escala. Portanto, não é um caráter intrinsecamente “bom” ou “mau”, no sentido ético-moral, das próprias práticas, que leva à sua preservação, mas a disposição (muitas vezes não planejada) de contingências que tornam menos ou mais provável a emissão de certos comportamentos que compõem tais práticas.

Parece claro, neste ponto, que embora os esquemas de reforçamento previssem certa multiplicidade de arranjos de contingências, em termos práticos a Análise do Comportamento não avançou quanto seria teoricamente possível depois da competente análise de Skinner (1953/1967) a respeito – seja provendo estruturas sistemáticas de análise funcional de práticas culturais complexas, seja apresentando progresso rápido e seguro na aplicação de estratégias associadas a tecnologias apropriadas para intervenção social. Nesse sentido, os conceitos associados aos esquemas de reforçamento foram prioritariamente aprisionados à pesquisa experimental, de maneira que a literatura passou a exibir com maior frequência discussões teóricas sobre estratégias para avanço do interesse e possibilidades da Análise do Comportamento ao estudo das questões sociais complexas. Nesse contexto de discussão, Glenn (1986, 1988) propõe uma nova unidade conceitual, formulada com a finalidade de tornar possível melhor descrever as intrincadas relações funcionais presentes nas práticas culturais. Tal unidade conceitual – metacontingências – se distingue das contingências de reforçamento pelo fato de que se estas descrevem relações entre uma classe de respostas e uma consequência comum à classe, aquelas se referem a relações entre uma classe de operantes e uma consequência cultural comum. Aduz-se ao conceito de metacontingências o fato de que envolve contingências individuais entrelaçadas que, articuladas, produzem um mesmo (ou equivalente) resultado no longo prazo. É nessa perspectiva que o conceito proposto por Glenn retorna à idéia central de Skinner (1981), revelando que as práticas culturais são, tal como o comportamento individual, selecionadas pelas consequências que produzem, com a diferença que, neste caso, tais consequências afetam os compor-

tamentos interligados de várias pessoas que compõem um grupo. As metacontingências, ao incluírem a proposta de um *produto agregado*, sinalizam com o fato de que, com frequência, é possível identificar nas ações articuladas do grupo o surgimento e compartilhamento de um produto, um resultado que afeta aqueles que o compõem. Um estudo bem sistematizado, incluindo representações paradigmáticas de contingências entrelaçadas e metacontingências, pode ser encontrado em Andery, Micheletto e Sérgio (2005). Nesse estudo, as autoras sugerem:

“...parece que temos muito a ganhar em termos de nossa compreensão das variáveis de controle de fenômenos sociais complexos com tentativas de desenvolver análogos experimentais a esses fenômenos” (p. 163).

Nesse sentido, ainda que indiretamente, pode estar aí expressa uma boa medida da compatibilidade da estratégia de desenvolvimento de estudos sociais em situação experimental com o convite de Glenn (1986) para que passemos a nos deter em questões sociais implicadas diretamente no nosso cotidiano (critério da proximidade) e cujas dimensões sejam menores (mas não menos complexas ou menos importantes) do que as almejadas soluções de delineamentos culturais para toda a sociedade a um só tempo (critério da plausibilidade).

Se tais ponderações são parcimoniosas – e toda a literatura parece responder positivamente – resta à responsabilidade do analista do comportamento a tarefa de continuar examinando a pertinência teórico-técnica da noção de metacontingências, agora sem qualquer preocupação no sentido de que esta seja utilizada como um substituto conceitual para a terminologia proposta por Skinner ou um conceito que se

incompatibilize com a análise skinneriana das práticas culturais. O conceito glenniano, sem dúvida, por um lado preserva os argumentos centrais do Behaviorismo Radical com relação a questões sociais e, por outro, enfatiza claramente a importância de que se produza uma trajetória de condutas estratégicas do cientista que implicam não apenas a identificação de variáveis que controlam o comportamento individual, mas a identificação e descrição cuidadosa da rede de relações que se estabelece entre classes de comportamentos dos indivíduos que compõem o grupo e produzem um efeito de compartilhamento social, no sentido anteriormente descrito neste texto.

Existem, naturalmente, entraves para uma “psicologia social” behaviorista radical. Tais dificuldades possuem muitas facetas, que talvez, de modo simplista, possam ser resumidas em duas dimensões essenciais: o aspecto tecnológico e o aspecto ético da questão dos delineamentos culturais. Duas velhas perguntas, nessa perspectiva, devem ser sempre retomadas: 1) Os novos e os antigos instrumentos conceituais serão suficientes, independentemente, para garantir uma boa descrição de fenômenos? e 2) A que norte ético-moral, em cada caso de delineamento cultural, deve responder o analista do comportamento?

Ao que tudo indica, se por um lado a literatura recente parece tornar muito otimista a idéia de que o desenvolvimento estratégico-metodológico e o campo de aplicação da Análise do Comportamento às práticas culturais está se ampliando para situações até recentemente pouco imaginadas, por outro a questão das prescrições ético-morais nos delineamentos continua mantendo um fórum aberto de análises e argumentos que buscam esclarecer a possibilidade de regras aceitáveis para a atuação do

analista enquanto cidadão-cientista (Abib, 2001, 2002; Dittrich, 2004)).

Quaisquer que sejam os encaminhamentos de solução para esses dois conjuntos de questões, permanece dinâmica a atuação do analista e parece convulsiva a geração de problemas que poderiam contar com algumas propostas alternativas de solução. Ou seja, a esperar pela solução final de todos os problemas sociais, permaneceremos por tempo indeterminado no campo das utopias. Ao escolher uma resposta positiva ao convite de Sigrid Glenn, estaremos optando, com algum risco ético que deve ser sempre tornado transparente, por colocar à disposição da demanda o estado atual da tecnologia comportamental aplicada às práticas culturais, no mínimo sob o abrigo institucionalmente estabelecido das prescrições contidas nas instâncias que controlam nosso exercício profissional (código de ética do psicólogo, constituição brasileira e legislação complementar, por exemplo). O critério da urgência e a visibilidade de alguns problemas sociais de fácil consenso (aquecimento global, poluição ambiental, conservação de recursos naturais, prevenção a problemas de saúde pública, saneamento básico e vários outros) talvez possam controlar nosso comportamento em direção a essa resposta positiva. Se isso é razoável, teremos, então, que nos haver, entre outras providências, com o detalhamento e compreensão da proposta de desenvolvimento de “processos e produtos” *tecnológicos* em detrimento dos *cerimoniais*. Agências de controle institucional, como Família, Igreja e Estado, em muitas circunstâncias exemplificariam o uso prioritário de controle cerimonial do comportamento social. Essa espécie de controle é bastante inflexível, por vezes dogmático e, nesse sentido, pouco adaptativo para sugerir mudanças sociais pela explicitação de conseqüências. Os códigos

e a legislação vigente em cada país podem exemplificar controle cerimonial. Na maior parte das vezes, esses instrumentos não especificam diretamente as condições sob as quais o comportamento deve ou não deve ser emitido e, tampouco, as conseqüências previstas para o seguimento dessas regras. Já o controle tecnológico asseguraria, conforme Todorov (1987), a possibilidade de estabelecimento de regras específicas, de providenciar conseqüências imediatas para a observância de tais regras e de avaliação dessas regras e de suas conseqüências. Porém, o controle tecnológico também pode tornar-se cerimonial quando as contingências passam a não se coadunar com a evolução da cultura e quando ocorre rápida desatualização da relação entre comportamento e conseqüência estabelecida primariamente. Nota-se, na literatura, que as expressões “tecnológicas” e “cerimoniais” têm sido associadas, indistintamente, com várias outras expressões: fala-se em processos, conseqüências, contingências ou metacontingências cerimoniais e tecnológicas. Naturalmente, cada qual dessas expressões associadas adquire sua pertinência ou não em função do contexto no qual estão inseridas e não constituem, entre si, sinônimos (conseqüências e contingências, como vimos, estão fortemente articulados, mas não são a mesma coisa). Assim, por ser fundamental que o objeto de referência para “tecnológico” e “cerimonial”, nesse caso, seja o tipo de relação de dependência estabelecido entre determinadas condições e as respostas específicas de uma classe, ficando ou não claras num e noutro caso, respectivamente, as condições e conseqüências para a emissão de algum comportamento social no contexto de práticas culturais, parece plausível convencionar a utilização dessas duas expressões no sentido que originalmente inspirou Skinner (1953/1967, p. 234-235), ao citar Thorstein Veblen. Na interpretação skinneriana, Veblen (1899/1965), em sua *Teoria da Classe*

Ociosa, sugeria que costumes ou usos que pareciam não ter conseqüências mensuráveis e que eram explicados em termos de princípios duvidosos de beleza ou gosto também podiam ter efeitos importantes sobre o comportamento do grupo, ou seja, no contexto das práticas culturais. O exemplo dado por Skinner (1953/1967) é:

“...uma universidade americana moderna constrói edifícios góticos não porque os materiais disponíveis se assemelhem àqueles que originalmente foram responsáveis por esse estilo de arquitetura ou porque o estilo seja belo em si, mas porque assim a universidade exerce um controle mais eficaz fazendo lembrar instituições educacionais medievais...” (p.234)

e que, nesse sentido, inspiram comportamentos quando pareados seus aspectos estético-arquitetônicos com alguns conceitos valorizados no contexto da cultura, como o parecer “tradicional”, “séria”, “confiável”.

Tomando essa dimensão como pressuposto, talvez o conceito que mais perto está do pareamento plausível com “cerimonial” ou “tecnológico” seja o de *control*. Nesse sentido, falar em controle cerimonial implica a influência atualmente exercida pelas regras institucionais (na acepção das “agências” estudadas por Skinner, 1953/1967) emanadas de uma figura (pessoal ou organizacional) de “autoridade” constituída (por exemplo, o presidente, o diretor, o superintendente, o pai, a lei, as normas, certos padrões morais de costumes, a polícia, o reitor, todos eles a depender dos tipos de pareamentos com específicos padrões de conseqüências). Tal controle é comumente exercido através de regras (verbais orais, escritas, sinalizadas) que adquiriram controle para além da exigência

(ou possibilidade) de uma discriminação mais acurada das reais conseqüências que poderiam ou efetivamente deveriam exercer sobre as pessoas. Na mesma direção, o controle tecnológico constitui conceito absorvido no contexto do exame das práticas culturais como referência à possibilidade de descrição de contingências (ou metacontingências) completas, ou seja, algo como “diante das condições tais, se o comportamento for emitido com as características ora especificadas, produzem-se estas e/ou aquelas conseqüências”. Se, quando falamos em contingências ou metacontingências, estamos falando na forma pela qual se exerce algum tipo de controle, então parece pertinente falar em contingências (ou metacontingências) cerimoniais ou tecnológicas. Mas essa divisão não pode ser tomada, no limite, como necessariamente e sempre representando controle despótico *versus* controle democrático, por exemplo. A vantagem das contingências tecnológicas está no fato de que elas têm um caráter construtivo para as práticas culturais, na medida em que especificam claramente um conjunto de condicionantes e isso, por sua vez, permite um caráter de “experimentação” social - típico dos delineamentos culturais - mais transparente. Amplia-se a dinamicidade das regras pela sua constante referência às conseqüências de onde se originaram.

Essa é, portanto, a dimensão da diferença entre aguardar a realização completa de uma utopia (permanecendo à espera que uma teoria integral da vida social, uma estratégia milagrosa ou um líder altruísta completamente despido dos valores de sua própria história pessoal iniciem tal processo) e começar uma reconstrução gradual das práticas que estão muito próximas de nós, que são razoavelmente consensuais, que afetam o nosso cotidiano e que, como sugere Glenn (1986) asseguram nosso “... contato contínuo e direto

– nosso ambiente doméstico, nosso ambiente de trabalho, nossos projetos de lazer” (p. 8). Como já mencionou Skinner (1974):

“Um reputado filósofo social disse: ‘Só através de uma mudança de consciência é que o mundo será salvo. Cada um de nós deve começar por si mesmo’. Mas ninguém pode começar por si mesmo e, se pudesse, certamente não seria mudando a própria consciência” (p. 212).

Ou seja, estamos diante de uma questão de rearranjo de contingências. Mais particularmente, de delineamentos culturais. Por essa e por todas as razões anteriores, independentemente de que sejam ou não imprescindíveis o conceito de metacontingências e os demais que lhe são adjacentes, parece bastante consistente o velho convite de Glenn (1986) aos analistas do comportamento. Aceitando-o, talvez possamos contribuir decisivamente para a substituição gradual, mas consistente, de certas contingências cerimoniais por contingências tecnológicas apoiadas em padrões ético-morais subsidiários da justiça social.

Referências

ABIB, J. A. D. (2001) Teoria Moral de Skinner e Desenvolvimento Humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (1), p. 107-117.

ABIB, J. A. D. (2002) Ética de Skinner e Metaética. In: H.J. Guilhardi, M.B.B.P. Madi, P.P. Queiroz, M.C. Icoz (orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 10 (Contribuições para a construção teórica do comportamento), p. 125-137. Santo André: ESETec

ANDERY, M. A. P. A., MICHELETTO, N., SÉRIO, T. M. A. P. A. (2005) A análise de fenômenos sociais: es-

boçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, vol 2 (2), p. 149-165)

CARRARA, K. (2005) *Behaviorismo Radical: Crítica e Metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP.

DITTRICH, A. (2004) *Behaviorismo Radical, Ética e Política: Aspectos teóricos do compromisso social*. São Carlos: Programa de Pós-graduação em Filosofia e Metodologia das Ciências (tese de doutorado).

GLENN, S. S. (1986) *Metacontingencies in Walden Two*. *Behavior Analysis and Social Action*, v.5 (n. 1-2).

GLENN, S. S. (1988) *Contingencies and Metacontingencies: Toward a Synthesis of Behavior Analysis and Cultural Materialism*. *The Behavior Analyst*, 11, p. 161-179.

FERSTER, C. B., SKINNER, B. F. (1957) *Schedules of Reinforcement*. New York: Appleton

SKINNER, B. F. (1967) *Ciência e Comportamento Humano*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (Trad. De J.C. Todorov e R. Azzi – Original de 1953)

SKINNER, B. F. (1977) *Walden Two*. São Paulo: EPU. (Original de 1948)

SKINNER, B. F. (1981) *Selection*

by Consequences. In: *Science*, 213 (p.501-504)

SKINNER, B. F. (1982) *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix-EDUSP. (Original de 1974)

SKINNER, B. F. (1984) *Selection by consequences*. *The Behavioral and Brain Science*, 7(4), 477-481.

SKINNER, B. F. (1987) *The Evolution of Behavior*. In: *Upon Further Reflection*. Englewood Cliffs, N.J., p. 65-74.

SKINNER, B. F. (1990). *Can psychology be a science of mind?* *American Psychologist*, 45(11), 1206-1210.

SKINNER, B. F. (1991) *Questões Recentes na Análise Comportamental*. Campinas: Papyrus. (Original de 1989)

SOUZA, D. G. (1999) *O que é contingência?* In: R.A. BANACO (Org.) *Sobre Comportamento e Cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*. Santo André: ArBytes, p. 82-87.

TODOROV, J. C (1987). *A Constituição como Metacontingência*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 7, p. 9-13.

VEBLEN, T. (1899/1965) *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora (Trad. De Olívia Krähenbüll).